

NOVOS DISCURSOS E VELHOS DECURSOS NAPOLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

THE PATH OF THE NATIONAL LITERACY POLICY

Marineiva Moro Campos de Oliveira

Universidade do Oeste de Santa Catarina
marineivamoro.oliveira@gmail.com

Doutora Solange Maria Alves

Universidade Federal da Fronteira Sul
solange.alves@uffs.edu.br

RESUMO

O texto em tela versa sobre o objeto principal de analisar a Política Nacional de Avaliação (PNA) pela via de estabelecer um movimento dialógico com o caderno da política para identificar os caminhos apresentados à alfabetização no país. Com base na análise de principais aspectos da configuração do caderno orientador em que a PNA está sintetizada, sem pretender esgotar o assunto, nossos estudos permitem inferir que a PNA apresenta um processo que infringem a pluralidade de ideias e que culmina em novos discursos e velhos decursos, mas decursos que apagam da história da alfabetização as contribuições relevantes elaboradas por pesquisadores brasileiros e discursos novos que objetivam exclusivamente apagar conceitos como letramento e teorias para além das coroadas literacia e ciência cognitiva.

Palavras-chave: Alfabetização brasileira. Caminhos da alfabetização. Política Nacional de Alfabetização.

ABSTRACT

The text materializes part of a prerequisite research for obtaining a postdoctoral degree in education. Its main object is the analysis of the National Assessment Policy (PNA) and whose objective is to establish a dialogic movement with the policy notebook to identify the paths presented to literacy in the country. Based on the analysis of the main aspects of the configuration of the guidebook in which the PNA is synthesized, without intending to exhaust the subject, our studies allow us to infer that the PNA devalues the science produced in Brazil, disregards social inequalities as determinants for school failure and adds to the list of subjects to blame for the failure, the Brazilian family, especially the economically disadvantaged.

Keywords: Brazilian literacy. Literacy paths. National Literacy Policy

Introdução

A alfabetização brasileira ganha um novo capítulo de sua história no ano de 2019 ao ser homologada no dia 11/04/2019 sob o Decreto n.º 9765 a Política Nacional de Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019a). Para dialogar acerca da PNA, essa pesquisa analisa o Caderno da PNA como documento que apresenta com detalhamento os conceitos, orientações e definições para o ensino presentes na política. A análise do caderno objetiva contribuir para apresentar o movimento de alfabetização proposto pela nova política. O Caderno da PNA, ou Guia explicativo da PNA, lançado em 15/08/2019, foi produzido pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC (BRASIL, 2019b).

Essa fonte documental foi analisada como texto entendido como a materialização linguística de discurso. Nessa análise, buscamos a compreensão da unidade de sentido e significado da ressonância dialógica e dialética que perpassam a escrita do documento. Para isso, algumas questões nos nortearam para análise, como:

[...] opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000, p. 30)

A partir desses questionamentos orientadores realizamos a busca pelos documentos que resultaram e são resultantes da PNA e dentre os documentos elencamos para análise o caderno orientador por ser o documento que contextualiza a política, apresenta as concepções, os sujeitos público-alvo, o contexto de sua produção, as demandas e os objetivos. Diante da análise desse documento organizamos a apresentação ao leitor em três momentos, no primeiro estabelecemos diálogo com a historicização da alfabetização no Brasil, seguida da contextualização da gênese e seus determinantes da e na PNA, por último a análise, a qual apontará que sobre a alfabetização no Brasil, estamos em um círculo no qual os velhos discursos se revestem e reaparecem em nova Política.

Historicização da alfabetização dos anos iniciais no Brasil

O processo do ensino da leitura e da escrita no Brasil se tornou institucionalizado em 1989 com a constitucionalização da república, fato político e histórico que institucionalizou o processo que ganhou o nome de alfabetização no início do século XX.

A partir de então a história da alfabetização no Brasil foi marcada por disputadas de métodos de ensino. Essas disputas marcaram o contexto histórico da alfabetização até os anos 2000, quando entram em cena os programas de alfabetização que passam a atuar fortemente na formação continuada de alfabetizadores dos anos iniciais. Dentre os programas podemos sinalizar os desenvolvidos em níveis nacionais como o Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores (Profa-2000), o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-letramento- 2005) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC- 2012) que foi encerrado quando se iniciou o movimento constitutivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, instituída pela Lei 13.145, de 16.02.2017 e homologada em dezembro de 2017, constitui um marco na educação brasileira, especialmente por se tratar de um documento base para a elaboração dos currículos dos municípios e estados brasileiros. A partir dessa nova organização na/da edu-

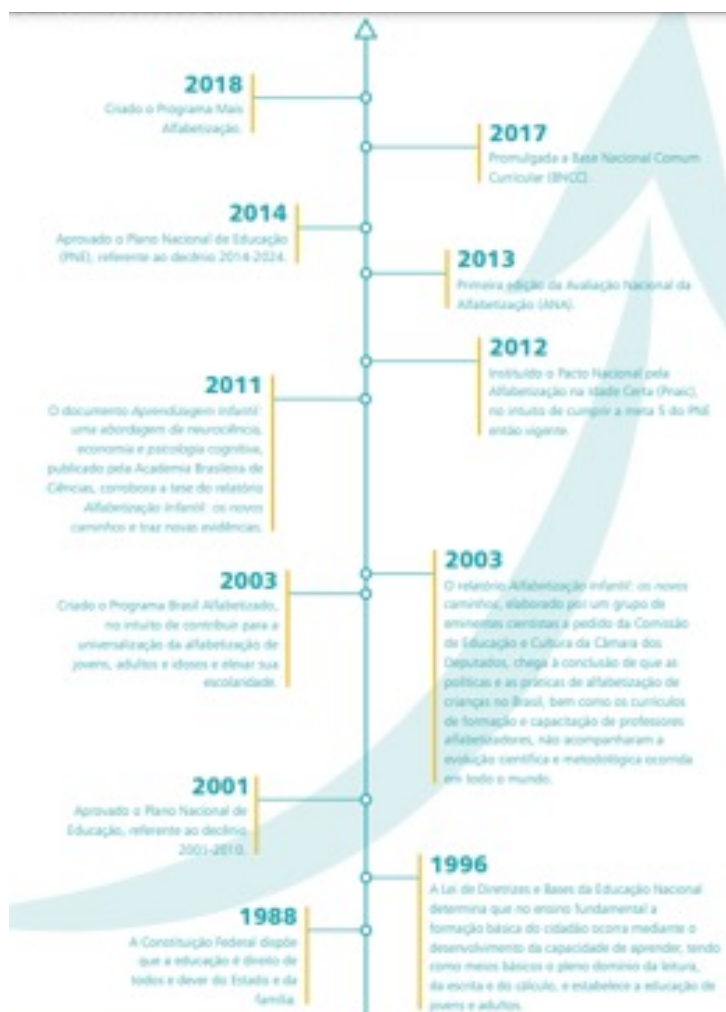
cação básica, que passa a ser modelada por competências e habilidades, a alfabetização no Brasil ganha novos (des)rumos e o primeiro é a temporalização de dois anos na alfabetização, um retorno ao ano de 1920, quando Antônio de Sampaio Dória, “na condição de Diretor de Instrução Pública no Estado de São Paulo, apresentou uma proposta de reforma do ensino primário, ciclo destinado à alfabetização”. Dória afirmava que eram necessários apenas 2 anos para se alfabetizar uma criança (OLIVEIRA, ALMEIDA, 2015, p.125).

Para alfabetizar em dois anos, em 2018 o governo brasileiro lança o Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria n.º 142, de 22 de fevereiro de 2018. Na sequência o governo cria a Secretaria de Alfabetização (Sealf) e iniciam os trabalhos para a elaboração de uma Política de Alfabetização Nacional (PNA), instituída por decreto presidencial de 11 de abril de 2019, que objetiva melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo.

A gênese da PNA

Para contextualizar a PNA precisamos apresentar a gênese dessa política que contém legislações, planos de educação, relatórios, livros e guias internacionais fundamentados na ciência cognitiva para alfabetizar, e desses documentos o surgimento dos novos programas no contexto brasileiro da alfabetização, conforme observamos na Imagem 1 sobre a linha do tempo da PNA.

Imagem 1- Linha do tempo da PNA



Fonte: Caderno da PNA (BRASIL, 2019b, p. 15).

Na linha do tempo observamos menção à Constituição Federal (CF-1988), à Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB-1996), aos Planos Nacionais de Educação (PNE – 2001 e 2014), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017), relatórios e alguns programas. Nesse momento, destacamos os relatórios de 2003 e 2011 (revisado em 2019), que são documentos não normativos, mas que determinam a constituição da Política, e o Programa Mais Alfabetização, uns dos primeiros que antecedem a PNA.

Inicialmente em 2003 e posterior em 2007, revisado em 2019, foi publicado no Brasil o relatório final “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Relatório elaborado por um grupo composto por especialistas e pesquisadores que apresentou conclusão de que as políticas, formações e as práticas de alfabetização no não acompanharam o progresso científico e metodológico das últimas décadas do século XX (BRASIL, 2003; 2007; 2019). Nos apropriamos da edição resente de 2019 em que o relatório que teve como membros do grupo de trabalho os pesquisadores apresentados no quadro 1.

Quadro 1- Membros do Grupo de Trabalho do relatório
“Alfabetização Infantil: os novos caminhos” de 2019.

Nome do Especialista	Doutorado do Especialista Colaborador
Cláudia Cardoso-Martins	Doutor em Psicologia
Fernando Capovilla.	Doutor em Psicologia Experimental
Jean-Emile Gombert	Doutor em Psicologia Genética
João Batista Araújo e Oliveira. (Coordenador do Relatório)	Doutor em Pesquisa Educacional
José Carlos Junca de Moraes	Doutor em Ciências Psicológicas
Marilyn Jaeger Adarns	Doutor em Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento
Roger Beard.	Doutor em Psicologia.

Fonte: Relatório - Alfabetização Infantil: os novos caminhos (BRASIL, 2019a, p. 5-6).

Os membros foram convidados pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Podemos observar que eles possuem formação e pesquisa no campo, especialmente, da psicologia. Em síntese, sobre o relatório eles destacam que o objetivo é apresentar às autoridades educacionais que “a aplicação dos conhecimentos da ciência cognitiva da leitura pode trazer importantes contribuições para a revisão das políticas e práticas de alfabetização no Brasil” (BRASIL, 2019a, p. 15).

As informações que se referem são sobre os dois problemas que sinalizaram como problemas crônicos da educação brasileira, o primeiro é a não alfabetização das crianças. “A alfabetização inadequada compromete o sucesso escolar dos alunos e afeta de maneira irreversível a trajetória escolar dos alunos de nível socioeconômico mais baixo, que constituem a maioria da população que frequenta as escolas.” (BRASIL, 2019a, p.15).

Como o segundo problema, os membros relatam que “é à dificuldade do país em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação”. Ainda, realizam uma crítica acerca do SAEB apontando que este sistema “há mais de dez anos, não vem conseguindo usar os resultados como instrumento de diagnóstico para melhorar o desempenho dos alunos”. E que devido a essa fragilidade o Brasil “vem ignorando os progressos e as práticas mais adequadas para alfabetizar alunos” (BRASIL, 2019a, p.15).

A partir da constatação desses dois problemas centrais na alfabetização, os membros ao final do relatório apresentam sugestões de melhoria da alfabetização. As sugestões incluem visitar orientações nacionais sobre alfabetização aproximando as práticas dos conhecimentos científicos, elaborar programas de alfabetização, “incentivar a produção e adoção de materiais de alfabetização cientificamente elaborados, associados à avaliação de sua eficácia”, além de implementar mecanismos de avaliação do desempenho dos alunos (BRASIL, 2019a, p.16-17).

Somou-se a este relatório o documento “APRENDIZAGEM INFANTIL: Uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva” elaborado em 2011, por pesquisadores destacados no quadro 2.

Quadro 2- Membros do Grupo de Trabalho o documento Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva - 2011

Nome do Especialista	Doutorado do Especialista Colaborador
Aloisio Araujo (Coordenador - FGV/IMPA/ABC)	Doutor em Estatísticas
Edson Amaro (USP)	Doutor em Medicina
Erasmus Barbante Casella (USP)	Doutor em Neurologia
Flávio Cunha (University of Pennsylvania)	Doutor em Economia
Jaderson Costa da Costa (PUC/RS)	Doutor em Ciências Biológicas
João Batista Araujo e Oliveira (Inst. Alfa e Beto e JM Associados)	Doutor em Pesquisa Educacional
Luiz Carlos Faria da Silva (Universidade Estadual de Maringá)	Doutor em Educação
Luiz Davidovich (Responsável pela Diretoria da ABC)	Doutor em Física
Simon Schwartzman (IETS/ABC)	Doutor em ciências políticas

Fonte: Documento Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. (ARAÚJO, Aloisio. 2011).

Esse grupo foi coordenado pelo matemático economista do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada e da Fundação Getúlio Vargas, Aloísio Pessoa de Araújo, “em sua metodologia, o estudo englobou três áreas distintas do processo de construção do conhecimento: a neurobiologia do desenvolvimento cognitivo; a economia do desenvolvimento cognitivo; a aprendizagem da leitura e escrita.” (ARAÚJO, 2011, p. 7).

Teve como objetivo dialogar sobre as dificuldades de o Brasil alfabetizar suas crianças e sinalizou dentre outros, o problema que as “dificuldades de linguagem são associadas às de processamento matemático e de lógica. Falhas na alfabetização dificultam a incorporação de conhecimentos importantes para o desenvolvimento profissional” (ARAÚJO, 2011, p. 3). Como causa dos problemas, o documento sinaliza:

Parte do problema deve-se tanto à falta de recursos e má utilização destes, quanto à ausência de uma política nacional eficaz de atração, seleção e retenção de melhores professores. Outra parte ao descompasso entre as políticas específicas de atenção às crianças (antes da escola e na alfabetização) e as recomendações que decorrem de evidência científica internacional. (ARAÚJO, 2011, p. 3).

Neste fragmento o documento sinaliza para a necessidade de uma política nacional de alfabetização e que essa oriente às práticas de ensino a partir de evidências científicas instituídas internacionalmente. Ainda, segundo o documento, outra causa do fracasso brasileiro na alfabetização é a não atenção aos primeiros anos de vida, período sensível para o desenvolvimento da linguagem infantil. Destaca o documento:

Conforme a neurobiologia, sabe-se que o desenvolvimento mais acentuado da estrutura cerebral (volume e maturação cerebral e, notadamente, sinaptogenese) ocorre nos primeiros anos de vida. Consequentemente, este é um período sensível para o desenvolvimento das habilidades envolvidas no processo de aprendizagem da linguagem. Eventual atraso na estimulação dessa habilidade poderia implicar perda do melhor momento para o desenvolvimento do reconhecimento da relação grafo-fonema, tão importante para a leitura, no futuro, de palavras desconhecidas. Este fato tem sido ignorado na formulação de políticas públicas de educação (ARAÚJO, 2011, p. 3-4).

Dessa forma, o documento recomenda que o Brasil institua ações de atenção à infância, reforçando que é importante investir na educação durante os primeiros anos. Além de recomendar que sejam constituídas políticas de atendimentos às famílias com crianças pequenas, em defesa de “desenvolver políticas públicas que apoiem as mães na educação e no desenvolvimento dos seus filhos” (ARAÚJO, 2011, p. 4).

No que tange ao processo de ensino escolar, o documento recomenda que na alfabetização sejam utilizados métodos baseados em evidência científica, destacando que é necessário “levar em consideração a evidência científica e as orientações oficiais dos países mais avançados com relação à importância de adoção de políticas, materiais e métodos adequados de alfabetização. Ainda não há estudo nacional semelhante” (ARAÚJO, 2011, p. 5). Para reforçar essa recomendação, o documento destaca os países que orientam sobre métodos de alfabetização científica, evidenciados na imagem 2.

Imagem 2- Evidências internacional de orientações dos países sobre métodos de alfabetização científica.

- *EUA: National Reading Panel Report, 2000.*
- *Austrália: Department of Education, Employment, and Workplace Relations: National Inquiry into the Teaching of Literacy – Report and Recommendations, 2004.*
- *Israel: A Reference Guide to Reading Education in Countries Participating in IEA's Progress in International Reading Literacy Study, 2002.*
- *Finlândia: The Finnish Board of Education. National Core Curriculum for Basic Education, 2004.*
- *França: Nouveaux Programmes de L'École Primaire. Buletin Officiel hors-serie no. 3, 2008.*
- *Inglaterra: Primary Framework for Literacy and Mathematics: Core Position Papers Underpinning the Renewal of Guidance for Teaching Literacy and Mathematics, 2006.*

Fonte: Documento Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. (ARAÚJO, 2011, p. 6).

A partir dessas orientações internacionais que apresentam recomendações, guia para o ensino da leitura, o currículo da educação, novos programas para ensino primário, estrutura primária à alfabetização e matemática, dentre outras, o documento sinaliza que esses países organizam o processo de alfabetização por meio de estimulação da capacidade de decodificação fonológica, do movimento de estabelecer critérios e indicadores para comprovar que a criança se alfabetizou até no máximo aos setes anos; restabelecem políticas de adoção de livros e materiais didáticos, efetuam a inserção de programas de ensino nas pré-escolas para preparar as crianças à alfabetização e estimulam a leitura em voz alta para ativar a área cerebral relacionada ao processamento auditivo para facilitar a associação fonema-grafema (ARAÚJO, 2011, p. 6).

Na sequência, o documento recomenda que sejam realizadas pesquisa e formação profissional para a pré-escola e as séries iniciais alinhadas às necessidades específicas da primeira infância e da alfabetização. “Rever as orientações sobre formação de professores alfabetizadores, assegurando que essa formação seja feita de forma teórica e prática e em consonância com princípios científicos atualizados, consistentes com a ciência cognitiva da leitura” (ARAÚJO, 2011, p. 7).

Dessa forma, podemos identificar que a formação continuada de professores é também pauta do documento, sinalizando que deve ser um processo de formação em consonância com princípios científicos consistentes com a ciência cognitiva da leitura. Em síntese, o documento recomenda ações que ofereçam suporte às famílias no processo de escolarização de seus filhos, a reorganização dos processos educacionais de crianças pequenas em idade de pré-escola para prepará-los à alfabetização, que as práticas no processo de alfabetização sejam pautadas em evidências científicas e no ensino se grafemas-fonemas que a formação de professores atenda aos princípios científicos consistentes com a ciência cognitiva.

Diante desse contexto, ambos os documentos orientam para a elaboração de programas que atendam essas demandas e recomendações, por isso, no ano de 2018 o Brasil institui o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), criado pela Portaria n.º 142, de 22 de fevereiro de 2018, um dos primeiros programas fruto desses relatórios que antecederam a PNA.

Programa Mais Alfabetização - PMALFA

O PMALFA é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental, tempo determinado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

O Mais Alfabetização surgiu como uma estratégia do MEC diante dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, criada com o intuito de avaliar o nível de alfabetização dos estudantes, ao fim do 3º ano do ensino fundamental. Tais resultados apontaram para uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática) (BRASIL, 2018, p. 3-4)

Decorrente dessa identificação, níveis insuficientes de alfabetização, o Programa reconhece que os estudantes aprendem em ritmos e tempos singulares e necessitam de acompanhamento diferenciado para superarem as fragilidades na aprendizagem da leitura, escrita e matemática. Por isso, o PMALFA propõe o apoio adicional prioritariamente no turno regular, ou seja, institui a figura do assistente de alfabetização que acompanhará o professor alfabetizador pelo “período de cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis, ou de dez horas semanais para as unidades escolares vulneráveis” (BRASIL, 2011, p. 4).

Por escolas vulneráveis, o Programa entende como aquelas que mais de 50% dos estudantes tenham obtidos níveis insuficientes nas três áreas avaliadas pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e que os níveis socioeconômicos sejam “muito baixo, baixo, médio, baixo e médio, em consonância à classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP” (BRASIL, 2018, p. 5). Em ambas as situações, o PMALFA possui as mesmas finalidades, a saber:

I - a alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental, por meio de acompanhamento pedagógico específico; e II - a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização (BRASIL, 2018, p. 5).

A partir dessas finalidades, o PMALFA objetiva atuar frente às fragilidades das crianças brasileiras no processo de alfabetização, fortalecendo ações que promovam atendimentos diferenciados aos estudantes para garantir que todos se alfabetizem até o final do 2º ano do ensino fundamental. Para isso, o PMALFA será executado da seguinte forma:

O Programa Mais Alfabetização será implementado nos anos iniciais do ensino fundamental das unidades escolares públicas estaduais, distritais e municipais, por meio de articulação institucional e cooperação com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, mediante apoio técnico e financeiro do MEC. **a)** O apoio técnico dar-se-á por meio de processos formativos, do auxílio do assistente de alfabetização às atividades estabelecidas e planejadas pelo professor alfabetizador, do monitoramento pedagógico e do sistema de gestão para redes prioritárias. **b)** O apoio financeiro às unidades escolares dar-se-á por meio da cobertura de despesas de custeio, via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, devendo ser empregado: I - na aquisição de materiais de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades previstas em ato normativo próprio; e II - no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades (BRASIL, 2018, p. 6).

A partir dessa orientação os estados e municípios brasileiros iniciam o movimento de busca por profissionais que terão de atuar de forma voluntária mediante termo de compromisso, esse profissional apenas receberá auxílio transporte e alimentação não excedendo o valor de “I- quinze reais por matrícula de 1º ano ou de 2º ano [...]; II - trezentos reais por mês, por turma, para assistente de alfabetização nas unidades escolares vulneráveis; e III - cento e cinquenta reais por mês, por turma”. (BRASIL, 2018, p. 14).

Saliente-se que esses recursos foram calculados e repassados para um período de seis meses - no exercício de 2018 - e de oito meses, nos exercícios subsequentes. O ressarcimento de despesas ao assistente de alfabetização deverá acontecer mediante apresentação de relatório e recibo mensal de atividades desenvolvidas por voluntário, o qual deverá ser mantido em arquivo pela UEx pelo prazo e para os fins previstos nas normas vigentes do PDDE (BRASIL, 2018, p.14).

O monitoramento desses investimentos será realizado via PDDE Interativo, tendo como responsável pelo preenchimento das informações o Coordenador do Programa Mais Alfabetização, o profissional atuante na secretaria de educação. Ao ser vinculado ao PMLFA o Assistente de Alfabetização assume a responsabilidade na “realização das atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e supervisão do professor alfabetizador, conforme orientações da secretaria de educação e com o apoio da gestão escolar” (BRASIL, 2018, p. 10).

Para desenvolver suas atribuições, o Assistente de Alfabetização, contará com o apoio do professor alfabetizador em sala, do gestor escolar, da coordenação pedagógica da escola, do coordenador do programa que atua na secretaria de educação dos municípios e estados e do secretário de educação, atores envolvidos com o Programa. Para acompanhar os desempenhos do Assistente de Alfabetização, foi instituído um programa de avaliação para auferir a situação de aprendizagem antes e posterior às intervenções desse profissional. O programa de avaliação foi organizado em três momentos, a saber:

- Avaliação Diagnóstica ou de Entrada: Esse teste tem como finalidade avaliar o nível de alfabetização das crianças no início do Programa. Dessa forma, serão avaliadas as habilidades básicas e essenciais em Língua Portuguesa e em Matemática, próprias da alfabetização. Oriente-se que essas avaliações sejam aplicadas ainda durante a primeira quinzena do mês de abril do corrente ano, uma vez que o resultado deverá ser utilizado pela escola para o planejamento das atividades do Professor Alfabetizador, como as que envolvem o Assistente de Alfabetização.
- Avaliação Formativa de Processo Já o teste de meio visa avaliar o avanço que as crianças puderam desenvolver ao longo da execução do Programa. Ele irá avaliar o desenvolvimento dos estudantes de 1º ano e de 2º ano e o quanto conseguiram evoluir no seu processo de alfabetização.
- Avaliação Formativa de saída O teste de saída deverá ser aplicado após o término do Programa. Ele será fundamental para avaliar o trabalho dos assistentes de forma objetiva, considerando os resultados apresentados por cada turma. A devolutiva dos resultados das avaliações será realizada pelo CAEd¹ para cada escola. Na oportunidade, serão apresentados os resultados, a análise pedagógica sobre o desempenho dos estudantes nos testes, bem como o roteiro para leitura e interpretação desses resultados, cujo objetivo é auxiliar as unidades escolares na apropriação das informações produzidas a partir da avaliação (BRASIL, 2018, p. 16).

Em síntese, o PMALFA insere nas salas de aulas em turmas de alfabetização, determinada como o 1º e 2º ano, um voluntário que possa auxiliar o professor alfabetizador, além de participar da “capacitação, de 40 horas, feita em três módulos, com uma avaliação ao final de cada um” e realizar as avaliações diagnósticas, formativa de processo e a avaliação de saída apresentando os resultados de seus trabalhos no decurso de sua atuação no Programa (BRASIL, 2018, p. 1).

Vale destacar que os resultados do PMALFA não constam nas plataformas do governo, apenas é possível saber que em 2019 os recursos ao Programa forma suspensos, algumas secretarias orientaram que o valor restante caso não fosse suficiente para pagamento dos Assistentes de Alfabetização a escola poderia utilizar para compras de materiais que auxiliassem nas práticas do professor alfabetizador.

Compreendemos que essa pausa pode ser decorrente da Pandemia do Covid-2019 que assolou o mundo e determinou isolamento social, contudo em nossa busca não identificamos documentos oficiais que justifiquem a suspensão do investimento. No ano de 2021, com o início do retorno presencial, ou semipresencial, em algumas escolas do País, o PMALFA retorna ao rol de investimentos do governo brasileiro. No momento da pausa do PMAF em 2019, o governo anuncia a nova Política Nacional de Alfabetização (PNA).

1 Centro de Políticas Públicas e Avaliação (CAEd) é uma plataforma virtual que reúne os cadernos dos testes das Avaliações, é uma ferramenta que possibilitam a professores e gestores o acompanhamento personalizado das aprendizagens além da realização das formações acerca do processo (BRASIL, 2018).

Política Nacional de Alfabetização brasileira

No dia 02 de janeiro de 2019, dentre as secretarias que fazem parte da estrutura organizacional do Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto N° 9.665, de 2 de janeiro de 2019, foi criada a Secretaria de Alfabetização (Sealf). A Sealf é responsável por planejar, orientar e coordenar a implementação de políticas, de currículo e de programas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. “Cabe à Sealf ainda a aplicação de mecanismos que permitam avaliar, com base em evidências científicas, as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes no processo de alfabetização” (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2022). A partir dessas incumbências, a Sealf organizou:

[...] um grupo de trabalho, composto por representantes da Secretaria de Alfabetização (Sealf), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2019b, p.7).

Desse grupo participaram os profissionais nomeados na PNA como especialistas colaboradores, os quais apresentamos no quadro 3 com as sínteses de seus currículos. Esses Especialistas auxiliaram na elaboração da PNA brasileira.

Quadro 3- Especialistas colaboradores que auxiliaram a desenvolver o caderno da PNA

Nome do Especialista	Doutorado do Especialista Colaborador
Alessandra Gotuzo Seabra	Doutora em Psicologia
Augusto Buchweitz	Doutor em Estudos Linguísticos e Literários
Catherine Snow	Doutora em Psicologia
Cláudia Cardoso-Martins	Doutora em Psicologia
Elizeu Coutinho de Macedo	Doutor em Psicologia Experimental
Fabício Bruno Cardoso	Doutor em Ciências Biológicas
Fernando César Capovilla	PhD em Psicologia Experimental
Hakima Megherbi	Doutora em Psicologia
Jean-Émile Gombert	Doutor em Psicologia Genética
Jerusa Fumagalli de Salles	Doutora em Psicologia do Desenvolvimento
João Batista Araújo e Oliveira	Doutor em Pesquisa Educacional
Linnea Ehri	Professora Emérita de Psicologia Educacional
Luiz Carlos Faria da Silva	Doutor em Educação
Marcus Vinícius Medeiros Pereira	Pianista, Doutor em Educação
Maria Regina Maluf	Doutora em Psicologia
Pamela A. Mason	Doutora em Educação
Rhonda Bondie	Doutora em Liderança Educacional, Educação Especial e Integração Tecnológica
Roger Beard	Doutor em Psicologia da Aprendizagem
Thierry Rocher	Doutor em Psicologia/Psicometria
Vitor Geraldi Haase	Doutor Em Biologia Humana

Fonte: Caderno da PNA (BRASIL, 2019b).

A partir desse grupo de trabalho a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, é apresentada pelo governo brasileiro como um marco na educação, especialmente por auxiliar no “progresso científico, econômico e social de um povo” (BRASIL, 2019b, p. 5). A principal justificativa da elaboração da PNA é os baixos resultados no domínio da leitura e escrita apresentados nas avaliações, especialmente da ANA de 2016. Para superar esse fracasso, os especialistas elaboram a PNA apresentando os conceitos de alfabetização, literacia e numeracia apontando que ao longo da história da alfabetização a não compreensão desses conceitos pode ter determinado o fracasso de nossas crianças brasileiras nessa fase de escolarização.

A PNA, “com base na ciência cognitiva da leitura, define **alfabetização** como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético”, por **Sistema alfabético** a política entende que é a representação dos “caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala”. Ainda, articulado a esses conceitos, a PNA destaca a importância da **literacia**, “que consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado”. Ao final, para a consolidação do processo de alfabetização, a compreensão do **princípio alfabético**, momento em que o sujeito “se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato)” (BRASIL, 2019b, p. 18). Esses conceitos destacados, conforme a PNA são determinantes para superarmos o cenário de fracasso que assola o Brasil, contudo, deve-se pensar em práticas que ensinem:

[...] as primeiras regras de correspondência entre grafema, fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a **decodificar**, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a **codificar**, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever (BRASIL, 2019b, p. 18/19, grifos do original).

Nesse movimento das ciências cognitivas, no caminhar da codificação e decodificação, rumo à superação do analfabetismo funcional, que é a condição de possui habilidades limitadas de leitura e compreensão de texto e do analfabetismo absoluto, que é a condição daquele que não sabe ler nem escrever, conceitos apresentados na PNA, o caderno da Política evidencia uma citação do Especialista Colaborador Luiz Carlos Faria da Silva, o qual afirma como deve ser o ensino da leitura e da escrita:

Do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura (BRASIL, 2019b, p. 18).

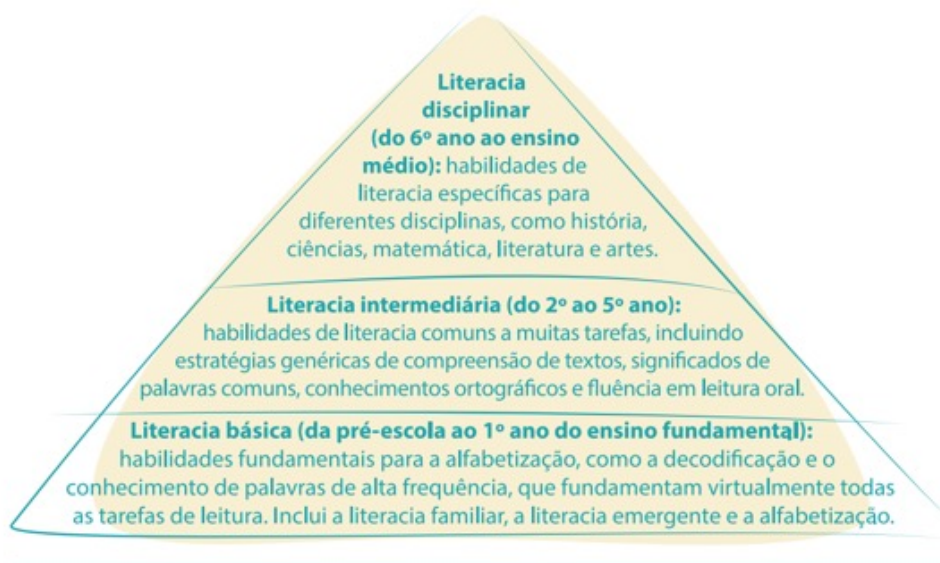
A partir dessas orientações, a PNA segue dialogando acerca dos conceitos de ler e escrever com autonomia, a qual define que é “conhecer o código alfabético e as correspondências grafofonêmicas a ponto de conseguir ler e escrever apropriadamente, sem a intervenção, antes necessária, de um mediador”, e acerca da compreensão de textos, que por sua vez, consiste num ato diverso da leitura, “é o objetivo final, que depende primeiro da aprendizagem da decodificação e, posteriormente, da identificação automática de palavras e da fluência em leitura oral” (BRASIL, 2019b, p. 19).

Segue a PNA afirmando que para a efetivação da leitura e da escrita é necessário desenvolver práticas de alfabetização baseada em **evidências científicas**, entendida não como um método, mas como condição para “propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas” (BRASIL, 2019b, p. 20).

Para a PNA as pesquisas com evidências científicas na alfabetização são embasadas nas **ciências cognitivas**, que é “o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva” (BRASIL, 2019b, p. 20).

A partir dessas definições, especialmente dos fundamentos das ciências cognitivas, a PNA destaca o conceito de **Literacia** como elemento emergente na alfabetização das crianças. Por Literacia a PNA compreende como o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva”, (BRASIL, 2019b, p.21), define ainda três níveis de Literacia, conforme podemos observar na imagem 3.

Imagem 3- Diferentes níveis de literacia



Fonte: Caderno da PNA (BRASIL, 2019b, p.21).

Na Literacia básica encontramos a literacia emergente, “que constitui o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, desenvolvidos antes da alfabetização”. Soma-se a ela a literacia familiar, a qual define que o sucesso das crianças na aprendizagem da leitura e da escrita “está fortemente vinculado ao ambiente familiar e às práticas e experiências relacionadas à linguagem, à leitura e à escrita que elas vivenciam com seus pais, familiares ou cuidadores” (BRASIL, 2019b, p. 23). Os demais níveis a PNA compreende como responsabilidade da escola. Ademais, evidencia o caderno da PNA a numeracia como os conhecimentos e habilidades relacionados à matemática.

Em síntese, os principais conceitos dialogados no caderno da PNA são; Alfabetização, Sistema alfabético, Literacia, Princípio alfabético, Decodificação, Codificação, esses objetivados ao desenvolvimento de leitores e escritores com autonomia, para isso, destaca a PNA em seu caderno e no decreto que a constitui que é necessário um processo de ensino que considere as evidências científicas e que se fundamente pelas ciências cognitivas o que demanda de práticas que priorize a instrução fônica sistemática, aquela que explicita as relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada para desenvolver nos estudantes a consciência fonêmica, a qual é o ensino das “menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente” (BRASIL, 2019a, p. 1).

Os velhos discursos em nova Política

Podemos observar que a história da alfabetização no Brasil ora pôs em disputas os métodos, ora os programas e agora emerge o debate acerca de orientações do ensino, retomando o método fônico e os dois anos destinados à alfabetização como o caminho salvacionista de um processo que é nada suave², pois é a fase da escolarização que sistematiza o ensino da linguagem humana que possibilita o salto qualitativo ao rumo da autonomia e emancipação.

A alfabetização é uma via de emancipação, proporcionada pela apropriação dos signos culturais historicamente elaborado e socialmente compartilhados. Contudo, com a homologação da PNA, a linha do tempo desta nova Política desconsidera todo o movimento histórico vivenciado no processo de ensino da leitura e da escrita no Brasil, desconsiderando assim as produções científicas realizadas no território brasileiro, pois sua linha do tempo não põe as evidências científicas brasileiras como documentos orientadores da Política.

Ao não considerar as produções brasileiras, não considera os pesquisadores que há anos se debruçam no campo da alfabetização, como o caso de Cláudia Maria Mendes Gontijo, Magna Soares, Maria do Rosário Longo Mortatti, entre outros³ que contribuem para o campo investigativo, mas que não constam como Especialistas colaboradores que auxiliaram no desenvolvimento do caderno da PNA.

Compreendemos que a exclusão desses pesquisadores decorre da divergência epistemológicas, uma vez que na PNA impera a ciência cognitiva como fundamento central para o debate acerca da alfabetização. Esse determinante justifica a escolha dos especialistas. Sobre o grupo de Especialistas, todos possuem doutorado, contudo, dos 20 membros do grupo, 1 possui doutorado em estudos linguísticos, 1 em ciências biológicas e apenas 6 possuem o doutorado na área de Educação, os demais são do campo da psicologia. Sabemos da necessidade da relação das diversas áreas de conhecimento no campo da alfabetização, mas não podemos esquecer que a alfabetização emerge do campo educacional e quem dialoga acerca da educação são os profissionais da educação.

A inserção desses profissionais do campo da psicologia fortalece a definição de que a alfabetização deve ser fundamentada nas ciências cognitivas e em neurociências, pois de acordo com um fragmento da parte do caderno que é intitulado o que dizem os Especialista, Jean-Émile Gombert Doutor em Psicologia Genética, define que:

As pesquisas em psicologia cognitiva e em neurociências nos permitem compreender os mecanismos cognitivos e neurobiológicos que entram em ação na aprendizagem. Esses conhecimentos são importantes, porque nos permitem distinguir o que é simples crença daquilo que são fatos cientificamente estabelecidos. Assim, hoje é possível afirmar que a leitura deve ser objeto de um ensino explícito em suas diferentes dimensões e que, para alcançar as habilidades de **bom leitor**, é necessário que a atividade seja repetida de modo regular e frequente, **a fim se tornar automática**. A automatização só acontecerá para os alunos que tiverem uma prática suficiente de leitura e de escrita. Para que essa prática seja importante, na sala de aula e em casa, é necessário que as atividades propostas suscitem e desenvolvam nos alunos a **vontade** de ler, a vontade de escrever. Não há, portanto, nenhum sentido em opor aprendizagem sistemática e prazer de ler. Não se trata de dois métodos opostos entre os quais se deve escolher um, mas de duas condições que o pedagogo deve levar em conta para um **ensino bem-sucedido** (BRASIL, 2019b, p. 28, grifos nossos).

2 Essa expressão "nada suave" é para evidenciar que o processo de alfabetização é denso, complexo e desafiador. Foi um termo usado em outro artigo que realizou críticas à cartilha "Caminho suave". Para leitura do artigo na íntegra acessar ao link: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/alfabetizacao-caminho-nada-suave>.

3 Nenhum membro da Associação Brasileira de Alfabetização (Abalf) com 10 anos de história que reúne inúmeros pesquisadores brasileiros que têm como objetivo de investigação a alfabetização, faz parte do grupo de especialistas da PNA.

Conforme a PNA, as práticas de ensino da leitura e da escrita fundamentadas em ciências cognitivas e na neurociência que objetivem formar um bom leitor precisam ser realizadas de formas repetitivas para permitir ao estudante automatizar tal atividade e despertar nele a vontade de ler e escrever, assim teremos um ensino bem-sucedido (BRASIL, 2019b).

Contudo, sabemos que a alfabetização não deve ser conceituada como um processo de repetições, um ato puramente técnico que objete a memorização mecânica para automatizar o traçado das letras. A alfabetização precisa superar o ensino mecanizado pela incorporação do ensino objetivado ao desenvolvimento humano. Para esclarecer essa afirmação, Vigostki (2007) realizou analogia da alfabetização com a aprendizagem de piano e sinalizou que na aula de piano “[...] o aluno desenvolve a destreza de seus dedos e aprende quais teclas deve tocar ao mesmo tempo que lê a partitura; no entanto, ele não está, de forma nenhuma, envolvido na essência da própria música” (VIGOTSKI, 2007, p.126). A partir dessa analogia compreendemos que reduzir a aprendizagem da escrita às memorizações por meio de atividades de repetições que se tornam mecanicistas é conferir um caráter utilitário e pragmático ao ensino da leitura e da escrita, caráter esse que se distancia de uma proposta voltada para o desenvolvimento humano.

A alfabetização objetivada ao desenvolvimento humano é aquela que caminha pelo processo que compreende que aprender ler e escrever é mais do que aprender a grafar sons ou simbolizar graficamente um universo sonoro, mas é aprender novos modos do discurso, de relação com interlocutores, com temas e significados, aprender a escrever é, aqui, sim, construir uma nova inserção cultural (ROJO, 1997). Contudo, na PNA o que podemos identificar são orientações acerca do ensino da conversão de letras em sons pela via do automatismo, como sinalizou a Especialista Catherine Snow.

A especialista afirmou que “devemos ensinar explicitamente as crianças a converter letras em sons”, pois de acordo com ela essa é uma das principais habilidades que os bons leitores adquirem. Ainda, ela indaga sobre se “devemos ensinar as crianças a ler textos fáceis com palavras familiares?” e, responde “Sim, claro. É desse modo que elas desenvolvem fluência e automatismo” (BRASIL, 2019b, p. 30).

Além dessa afirmação, ao longo do caderno o ressurgimento do método fônico camuflado de instrução fônica, como via salvacionista da alfabetização vai ganhando materialidade nos discurso dos especialistas, como o caso da fala da especialista Cláudia Cardoso-Martins ao afirmar que “dois fatores são fundamentais: o conhecimento dos sons das letras e a consciência fonêmica, ou seja, a habilidade de identificar ou segmentar os pequenos segmentos sonoros que compõem as palavras”, soma-se a essa afirmação a citação do especialista Alessandra Gotuzo Seabra, “programas de alfabetização que introduzem as instruções fônicas sistemáticas têm mostrado consistentemente resultados melhores do que programas que não o fazem. [...] muitos países já recomendam, em suas diretrizes oficiais. (BRASIL, 2019b, p. 33).

Ademais, ao longo do caderno a instrução fônica, a consciência fonológica, aprendizagens de unidades menores, a relação fala e escrita, vão sendo incorporadas no texto e sinalizando que o fracasso na alfabetização é devido ao Brasil não seguir as evidências cientificamente comprovadas em outros países que fomentam a instrução fônica como superação do fracasso.

Como as crianças aprendem a ler e quais as melhores maneiras de ensiná-las não é simples questão de opinião. Os cientistas que estudam a instrução e aquisição da literacia realizaram pesquisas que dão respostas definitivas a essas perguntas e descartam opiniões incorretas. Suas descobertas revelam que os leitores iniciantes, para serem bem-sucedidos, devem aprender de início como funciona o sistema alfabético de escrita. Eles precisam aprender as formas, os sons e o nome das letras, como as letras representam sons separados nas palavras e como dividir as palavras faladas nos menores sons representados pelas letras (BRASIL, 2019b, p. 26).

Esse fragmento do caderno denota a fala da Especialista Linnea Ehri, acerca da relevância que o método fônico possui na PNA, de acordo com Mortatti (2019b) o método fônico reaparece em forma de instrução fônica, um novo nome para o velho método. Ainda a autora, essas mudanças de terminologias conduzem ao leitor desatento às compreensões equivocadas, como o termo literacia que substitui o letramento “nada científicos nem éticos, silenciamentos/ocultações, tais como: da expressão “método fônico”, que aparece no Caderno apenas uma vez e como “denegação”; do “estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia” (MORTATTI, 2019b, p. 27).

Um novo discurso que nega as evidências científicas brasileiras, que destaca como inovador o velho método fônico e a temporalização da alfabetização. Segundo o caderno da PNA a temporalização para se alfabetizar é de dois anos, os dois primeiros do Ensino Fundamental, assim como define a BNCC. Essa temporalização também não tem nada de inovador, pois, em 1920, com a reforma Dória, inicialmente em São Paulo, mas posterior disseminado aos demais estados, o Brasil já vivenciou uma alfabetização em dois anos, outros momentos, outros contextos, mas com os mesmos discursos, salvar a nação do fracasso da alfabetização e elevar a economia nacional.

Para justificar a temporalização e evidenciar a possibilidade de consolidação da alfabetização no final do segundo ano do Ensino Fundamental, o caderno da PNA destaca a Literacia como o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva” seguida dos seguintes desdobramentos:

VIII. literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; IX. literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização; X. numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática (BRASIL, 2019b, p.51).

Essas conceituações evidenciam que para se alfabetizar é necessário um conjunto de habilidades e competências que podem ser consolidadas até o final do segundo ano, contudo deve iniciar antes do primeiro ano e não somente na escola, mas na família. O documento reverbera a importância da família no processo de alfabetização e destaca que:

As crianças que adquirem desde cedo habilidades fundamentais para a alfabetização têm mais sucesso no processo de aprendizagem da leitura e da escrita e na vida escolar do que aquelas que não as adquirem. Esse fenômeno ficou conhecido na literatura especializada como Efeito Mateus, expressão que o cientista Keith Stanovich tomou emprestado da sociologia, inspirado na parábola dos talentos do Evangelho de São Mateus. Essa expressão passou a ser amplamente utilizada na literatura educacional para mostrar como as crianças com mais dificuldades em leitura no início do processo de alfabetização tendem a continuar a ter dificuldades ao longo da vida escolar. A consequência disso é que a distância entre os bons leitores e os maus leitores vai aumentando com o tempo: enquanto os bons leitores se sentem motivados a ler, e por isso leem mais, os maus leitores tendem a considerar a leitura algo tedioso e penoso, e, portanto, leem menos. Para aqueles a leitura vai-se tornando mais fácil, para estes mais difíceis, agravando as desigualdades na trajetória escolar (STANOVICH, 1986). (BRASIL, 2019b, p. 22).

Neste contexto, podemos compreender que a criança inserida em um meio familiar desprovido de práticas de leitura e escrita sistematizadas será uma pessoa sem sucesso escolar. A PNA usando de fragmentos religiosos, e falaciosos ou afirmar que o Evangelho de São Mateus é usado na literatura educacional, determina que a criança de família desfavorecida economicamente e é escolarmente fadada ao fracasso.

Observa-se o Efeito Mateus sob diferentes aspectos, como no desenvolvimento do vocabulário. Em um estudo célebre, Betty Hart e Todd Risley mostraram que, aos 3 anos, crianças de classes menos favorecidas conhecem menos da metade de palavras que crianças de famílias com melhores condições financeiras e educacionais. Constatou-se que as crianças de famílias mais pobres, ao chegarem à pré-escola, tinham experimentado menos interações verbais com seus pais ou cuidadores, cerca de 30 milhões de palavras ouvidas a menos que os seus colegas de melhores condições. E não se trata apenas de quantidade de palavras ouvidas, mas também de qualidade e variedade. Daí a importância de proporcionar à criança um ambiente de estímulos linguísticos variados, que ajude a ampliar o seu vocabulário e contribua para o seu desenvolvimento cognitivo (HART; RISLEY, 1995). (BRASIL, 2019b, p. 22).

Diante desse cenário que se instaura na alfabetização brasileira, a PNA conduz novamente a uma interpretação equivocada, mas objetivada pela Política para camuflar as evidências científicas comprovadas por pesquisas brasileiras. A Política define que os problemas da alfabetização no Brasil decorrem da falta de vivência em meios que potencializem estímulos linguísticos, mas as pesquisas brasileiras apontam que o problema da alfabetização no Brasil vai para além de ampliação de vocabulário e de vivências linguísticas, os problemas da alfabetização estão

[...] diretamente relacionados com um conjunto de fatores educacionais, sociais, econômicos e políticos, responsáveis pelas desigualdades sociais e pela não priorização de educação de qualidade, especialmente em decorrência da falta de investimentos prioritários na escola pública e gratuita, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (MORTATTI, 2019a, p. 27).

Fatores que não são considerados pela PNA que ignoram os determinantes sociais, econômicos, históricos, políticos, culturais e sociais e consideram o método fônico e alfabetização baseada nas ciências cognitivas como resolução dos problemas do ensino da leitura e da escrita, inserindo a literacia, para que além do professor, possam culpabilizar a família pelo fracasso na alfabetização das crianças.

Considerações finais

Precisamos olhar para os novos desdobramentos da PNA da forma com que olhou Florestan Fernandes em 1991, quando sintetizou sua análise acerca das mudanças no Brasil nos anos 90, momento em que se entrava em cena a globalização e as novas demandas advindas dos organismos internacionais, disse Fernandes (1991, p. 36), “gigantes de pés de barro. Nação com história, mas determinada lá fora. Com antigos escravos e seus descendentes prosseguiremos presos a uma liberdade ilusória que é, por si só, uma terrível escravidão”.

Ainda seguimos com pés de barro na (re)organização da alfabetização, não sabemos onde pisamos e quando pisamos não temos segurança. Com produções científicas brasileiras de alfabetização, mas com uma Política que busca determinantes externos às práticas, ou seja, as práticas do ensino da leitura e da escrita brasileiras são “determinadas lá fora”.

Além de sua gênese desconsiderar as pesquisas brasileiras e respaldar seus argumentos na ciência cognitiva, a PNA traz consigo novos Programas, como o Programa Conta Pra Mim, lançado em dezembro de 2019 para incentivar uma cultura de leitura no ambiente familiar. Instituído pela Portaria MEC n.º 421, de 2020 e tendo como público-alvo todas as famílias brasileiras, estabeleceu como prioridade às famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica. E, o Programa Tempo de Aprender, lançado de forma experimental, em 2020, pela Portaria n.º 280, de 19 de fevereiro de 2020, expandido em 2021.

Ambos programas que evocam a participação da família como determinante no processo de literacia, fortalecem a ideologia de uma Política que reduz às ciências cognitivas como única e autoritariamente coroada fundamentação teórica válida para a alfabetização. Dessa forma, ao estabelecermos um movimento dialógico com o caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no Brasil para identificar os novos caminhos apresentados para a alfabetização no país, podemos definir que a PNA apresenta um processo que infringem a pluralidade de ideias e que culmina em novos discursos e velhos discursos, mas discursos que apagam da história da alfabetização as contribuições relevantes elaboradas por pesquisadores brasileiros e discursos novos que objetivam exclusivamente apagar conceitos como letramento e teorias para além das coroadas literacia e ciência cognitiva.

Referências

BRASIL. *Programa Mais Alfabetização*. Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento. Abril 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. *Institui a Política Nacional de Alfabetização*. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Alfabetização*. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p.

FERNANDES, Florestan. *Diretrizes e Bases*: Conciliação aberta. Revista Sociedade e Universidade, São Paulo, ANDES, 1991.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. A “Política Nacional de Alfabetização”(Brasil, 2019): uma “guinada”(ideo) metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 1, n. 10, 2019a.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2019: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 7, n. 3, p. 17-51, 2019b.

OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos; ALMEIDA, Benedita. *Caminhos da organização temporal da alfabetização*: da institucionalização escolar ao PNAIC. *Momento-Diálogos em Educação*, v. 24, n. 1, p. 119-138, 2015.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *Garantindo a todos o direito de aprender*: uma visão socioconstrutivista da aprendizagem de linguagem escrita no ensino básico. São Paulo: FDE, p. 37-58, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 22/11/2022

Aceito em: 19/07/2023